

PAULA ARRUDA
Mestre em Direito Constitucional pela
Universidade Federal do Pará.

EFEITO VINCULANTE:
ilegitimidade da Jurisdição Constitucional
Estudo Comparado com Portugal

Lumen Juris Editora

Rio de Janeiro, 2006

SUMÁRIO

Apresentação	xi
Prefácio	xiii
Introdução	xix
Capítulo 1 - O Sistema Misto de Constitucionalidade em Portugal	1
1.1. O Controle Difuso	6
1.2. O Controle Concentrado	9
1.2.1. A Fiscalização Abstrata Sucessiva	11
1.3. O Processo de Generalização	17
1.4. A Inconstitucionalidade dos Assentos	30
1.5. Os Recursos de Constitucionalidade	36
Capítulo 2 - O Sistema Misto de Constitucionalidade no Brasil	47
2.1. A Formação dos Sistemas de Controle	47
2.2. O Problema da Uniformização da Jurisprudência	54
2.2.1. Uniformização Jurisprudencial por meio das Súmulas	58
2.2.2. A Reserva de Plenário e as Alterações do Código de Processo Civil	64
2.2.3. A Suspensão dos Efeitos Inter Partes no Controle Difuso de Inconstitucionalidade	68
2.3. O Controle Concentrado	70
2.3.1. Os Efeitos Ex Tunc e Ex Nunc no Controle Concentrado de Constitucionalidade	74
2.4. Efeito Vinculante	76
2.5. As Reclamações para Preservar a Autoridade das Decisões do Supremo Tribunal Federal no Controle Concentrado	89
Capítulo 3 - Comparação entre o Efeito Vinculante no Brasil e o Processo de Generalização em Portugal como Mecanismos de Articulação entre os Controles de Constitucionalidade Concentrado e Difuso	95
3.1. A Importância dos Fundamentos Concretos para a Articulação dos Sistemas de Controle de Constitucionalidade	107
3.2. Uma Via de Mão Dupla	111
Conclusão	121
Referências Bibliográficas	127